

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)

Jessica Rani Ferreira de Sousa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife-PE

Henrique César Muzzio

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife-PE

Jackeline Amantino de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife-PE

RESUMO: A temática da economia criativa atraiu a atenção de organismos internacionais como eixo estratégico para o desenvolvimento no século XXI. O presente trabalho objetivou promover uma discussão teórica sobre como determinadas estratégias em políticas públicas culturais podem fomentar ou restringir o desenvolvimento da economia criativa. Por meio de revisão bibliográfica e análise qualitativa das diretrizes pontuadas pelo Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011-2014), juntamente a uma análise comparativa de outros documentos oficiais, verificou-se a relevância de uma abordagem multicêntrica na formulação e implementação de políticas públicas, as quais venham a integrar iniciativas públicas e privadas em uma rede cooperativa que atue em diversos pontos da cadeia produtiva de valor de bens e serviços criativos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, políticas culturais, economia criativa, plano da secretaria de economia criativa.

ABSTRACT: The theme of the creative economy has attracted the attention of international organizations as a strategic axis for development in the 21st century. The present work aimed to promote a theoretical discussion about how certain strategies in cultural public policies can foster or restrict the development of creative economy. Through a bibliographical review and qualitative analysis of the guidelines punctuated by the Creative Economy Secretary's Plan (2011-2014), with a comparative analysis of other official documents, it was verified the relevance of a multicentric approach in the formulation and implementation of public policies, which would integrate public and private initiatives into a cooperative network that could operate at various points in the productive value chain of creative goods and services.

KEYWORDS: public policies, cultural policies, creative economy, creative economy secretary's plan.

1 | INTRODUÇÃO

A temática da economia criativa tem promovido a articulação de diversos segmentos

do Estado no sentido de fomentar o desenvolvimento de atividades antes vistas predominantemente como “artísticas” ou culturais. O sentido de interpretar a agregação de valor econômico à criatividade foi, então, traduzido na expressão “economia criativa” e os primeiros esforços de organismos internacionais e governos foram realizados no sentido de identificar os principais setores do mais novo eixo estratégico para o desenvolvimento no século XXI.

Conforme postulado no segundo relatório das Nações Unidas sobre economia criativa, esta temática se tornou uma questão importante da atual agenda econômica e de desenvolvimento internacional, requerendo respostas informadas a políticas tanto em países desenvolvidos quanto em países emergentes (UNCTAD, 2010). No Brasil, os levantamentos sistemáticos sobre cultura e criatividade, constituintes do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, começaram a ser feitos pelo IBGE em 2004, após celebração de um convênio com o Ministério da Cultura. Demonstrando a proeminência nacional dessas atividades, os indicadores levaram à criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) em 2011, na intenção de, dessa forma, valorizar formalmente o potencial cultural e criativo nacional (SERRA; FERNANDEZ, 2014).

O caso brasileiro mostrou que, de 2004 a 2013, houve um aumento de 90% no número de profissionais criativos atuantes, bem acima dos 56% de avanço no número de empregos registrados no mercado de trabalho tradicional. Um forte indicativo de poderoso aumento da participação da “classe criativa” no cenário profissional (FIRJAN, 2014).

O valor simbólico e a representatividade de atividades que compõem os chamados setores culturais apontaram para uma preocupação em considerar a diversidade cultural brasileira como um ativo fundamental para uma nova compreensão de desenvolvimento (MINC, 2012). Esse foi um dos pilares para a concepção do Plano Nacional da Secretaria de Economia Criativa (2011-2014), o qual partiu da necessidade de enxergar, na diversidade cultural, alternativas e soluções para novos modelos de empreendimentos, formas de trabalho e de produção de riqueza e, por outro lado, delinear políticas de valorização à dimensão intangível dos talentos criativos, reconhecendo o valor simbólico e cultural da economia criativa brasileira.

Este ensaio tem como objetivo principal analisar o atual sistema nacional de políticas culturais brasileiro, tomando como parâmetro o Plano da Secretaria da Economia Criativa, com suas diretrizes e ações programadas para o período compreendido entre 2011 e 2014. Além do referido plano, foram também consultados como fontes importantes de dados o Plano Nacional de Cultura (PNC, 2013) e alguns relatórios de organismos nacionais e internacionais contendo estatísticas e informações mais recentes sobre economia criativa. Como documentos oficiais, estas fontes permitiram conclusões sobre o que os seus principais atores, ou as instituições que eles representam fazem ou pretendem fazer, ou como eles avaliam (FLICK, 2013) tais políticas.

Utilizando-se a revisão bibliográfica e a análise qualitativa de documentos

como métodos de coleta de dados, pretendeu-se discutir, por meio de uma análise comparativa entre a literatura relevante e as principais diretrizes do Plano, quais foram as suas principais contribuições para o fomento e a valorização das atividades que compõem os setores da chamada economia criativa, bem como as principais restrições ainda existentes no atual cenário brasileiro ao pleno desenvolvimento dos setores culturais e criativos.

2 | ECONOMIA CRIATIVA: DA CONCEITUAÇÃO À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

A economia criativa começou a ser o foco de interesses em pesquisa e ganhou mais atenção como estratégia de desenvolvimento no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) devido ao envolvimento de duas de suas principais agências para a delimitação de conceitos, mensuração de índices e delineamento de políticas voltadas para o fomento de atividades criativas em todo o mundo.

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) foram as primeiras entidades responsáveis pela elaboração de indicadores para mensurar, dentre outras magnitudes, o emprego, o número de empresas e o fluxo de bens e serviços culturais entre os diferentes países. Coube à UNESCO a criação e a coordenação da chamada Rede de Cidades Criativas, que tem institucionalizado práticas de cooperação entre governos locais e as indústrias culturais, popularizando políticas públicas de desenvolvimento econômico e social baseadas nos setores criativos implementadas em diversas cidades do mundo (UNCTAD, 2010; UNESCO, 2007).

Por economia criativa se entende que o conceito vai além do conjunto de atividades das “indústrias criativas” para abraçar um escopo mais amplo que diz respeito a organizações sem fins lucrativos, atividades informais, serviços financiados por recursos públicos ou por atividades do setor privado; incluindo também os sistemas de produção e cadeias de valor necessários para sustentar esses produtos (PRATT; HUTTON, 2013).

No caso brasileiro, políticas públicas de fomento à economia criativa ganharam maior intensidade de articulação a partir de 2011, quando o Ministério da Cultura criou a Secretaria de Economia Criativa. A necessidade de definir um conceito ainda em construção, bem como de adequação dos termos da economia criativa às características brasileiras significou um grande desafio.

Para fins do Plano da SEC e proposição de políticas públicas culturais, a economia criativa brasileira foi, pois, entendida em termos de setores criativos, “cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social” (MINC, 2012, p. 22). Uma vez definidos os

setores criativos, pressupõe-se, então, a necessidade de uma intensa articulação e de esforços estratégicos para por em prática uma série de políticas culturais.

2.1 Políticas Públicas e “Política Cultural”

Para melhor compreensão do conceito de políticas culturais, é de bom tom captar os significados atribuídos à categoria das políticas públicas em geral. A priori, reconhece-se que qualquer definição estrita de política pública é arbitrária, uma vez que não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos. O que une a maior parte das concepções a respeito do tema na literatura é sua essência conceitual, ou seja, o problema público (SECCHI, 2010). Girard (1972) propõe que a política pública pode ser entendida como um sistema explícito e coerente de fins últimos, dotada de objetivos e meios práticos que são perseguidos por um grupo e aplicados por uma autoridade.

Recorrendo-se ao problema público como núcleo de referência conceitual, podem ser encontradas duas abordagens mais recorrentes na literatura. A abordagem estatista considera, analiticamente, os atores estatais como protagonistas das políticas públicas (THEODOULOU, 1995). A abordagem multicêntrica considera que organizações privadas, não governamentais e organismos multilaterais também formariam redes de políticas públicas, não considerando estas políticas como objeto monopolístico do poder público estatal (KOOIMAN, 1993).

Ao longo de uma acurada análise do Plano e dos estudos sobre tal processo de institucionalização do atual modelo nacional de gestão pública cultural, percebeu-se que, de fato, é necessária uma forte interação entre várias formas de iniciativas, além das iniciativas estatais, em termos de constituição de uma rede de políticas para lidar com a causa pública, representada, nesse caso, pelos setores culturais e criativos. Isso inclui articulações intersetoriais com parceiros institucionais, *órgãos bilaterais e multilaterais*, agências de fomento e desenvolvimento, etc. Vale também salientar que a qualidade e o grau de eficácia inerentes às políticas públicas voltadas para a mitigação de um problema ou o atendimento de determinadas demandas sociais dependem de um amplo conjunto de fatores sociopolíticos e também da capacidade técnico-administrativa do governo em questão, para o adequado suporte às decisões sobre a formulação e a gestão de suas políticas (QUEIROZ, 2009).

No que diz respeito às ações do governo que lidam com a economia criativa, estas perpassam políticas que se encontram em uma arena mais ampla, voltadas para as “indústrias criativas”. É por isso que, em muitos países, essa área de atuação política ficou tradicionalmente conhecida como política cultural. Entretanto, o alcance e a cobertura das políticas culturais diferem de país para país (UNCTAD, 2010).

Considerando-se a diversidade cultural em parte estimulada pelas ambiguidades da própria globalização - a qual não conduziu a uma homogeneidade cultural como

se pensava (HALL, 2001) e até se temia (CANCLINI, 2005), é possível compor um quadro de infindáveis formas de manifestações possíveis da cultura, em suas diversas maneiras de expressão tanto a nível internacional ou nacional, quanto a nível local.

Partindo desta perspectiva, todas as manifestações culturais seriam expressões de material possível de uma política cultural, assumindo, estas políticas, um papel que não necessariamente se limite a ações pontuais, mas que se ocupe de vislumbrar ações culturais mais perenes, sem reduzir a cultura ao âmbito discursivo ou estético. Em uma concepção ideal, uma política cultural transmite conhecimentos e desenvolve a sensibilidade, tentando melhorar as condições sociais para que a criatividade coletiva seja descoberta. Assim, favorece um tipo de desenvolvimento no qual os próprios sujeitos produtores de arte e cultura desenvolvam potencial para resolver seus problemas e afirmar e renovar sua identidade (CANCLINE, 1987).

Face à importância das atividades econômicas criativas e dos holofotes de vários organismos internacionais para elas voltados, diversos esforços de mensuração de impacto têm sido traduzidos em políticas tanto em nível federal, com a criação da Secretaria de Economia Criativa no âmbito do Ministério da Cultura, quanto como uma estratégia de desenvolvimento no nível local, a se perceber pelo peso de arranjos produtivos locais e parques tecnológicos que têm a economia criativa como atividade preponderante (SERRA; FERNANDEZ, 2014). Mesmo com o reconhecimento que tais políticas podem ser descontinuadas ou desvirtuadas por decisões políticas, a sua implantação inicial já fornece uma referência de ação, passível de análise sobre o seu escopo e suas conquistas.

O relatório da Unctad (2010) reconhece que, devido à natureza transversal e multidimensional da economia criativa, as políticas voltadas à indústria criativa em sua interpretação e implementação mais ampla irão requerer elementos de uma série de outras áreas das políticas econômica e social. Além disso, é fato que a própria concepção e implementação de políticas culturais no âmbito do governo e na perspectiva de seus agentes demandam uma colaboração significativa entre os seus vários ministérios e departamentos burocráticos. Provavelmente, só através dessa cooperação que o potencial de desenvolvimento da economia criativa será paulatinamente concretizado.

3 | DO MINISTÉRIO DA CULTURA AO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014).

A gestão de políticas públicas culturais apresenta diversos tipos de desafios, sobretudo no que diz respeito às relações intergovernamentais a serem estabelecidas no intuito de organizar e equilibrar o direito à fruição e à produção da cultura, por todos os cidadãos. É nesse cenário de três instâncias federativas que se integra o chamado Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual funciona por meio de um modelo colaborativo de gestão de políticas culturais. O SNC representa uma forma de

administração participativa, criada pelo Ministério da Cultura (MinC), com o objetivo de tornar a gestão cultural mais eficaz, planejada e mais eficiente em termos do uso de recursos públicos. O sistema parte de uma proposta de organização cultural e integração sistemática entre governo federal, estados e municípios (MINC, 2015).

A Secretaria da Economia Criativa foi criada pelo Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, e declarou como missão a tarefa de “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros” (MINC, 2015).

A criação da SEC, juntamente com a elaboração do seu Plano (2011-2014), correspondeu ao nascedouro de um processo de institucionalização de políticas públicas culturais na área da economia criativa. Sua importância estendeu-se ainda mais face à ampliação do escopo de suas diretrizes, de “Economia da Cultura” – uma vez descrita no Plano Nacional da Cultura (PNC, 2013) – para “Economia Criativa” (MINC, 2012).

4 | ESTRATÉGIAS EM POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA PELA PERSPECTIVA DO PLANO DA SEC.

4.1 Sobre os “Princípios Norteadores Do Plano”

O Plano da SEC apresentou-se fundamentado em quatro princípios norteadores: (1) diversidade cultural; (2) sustentabilidade; (3) inovação e (4) inclusão social. Seriam estes os balizadores da economia criativa brasileira. Ao adotar tal perspectiva, suas diretrizes buscaram considerar as particularidades nacionais e regionais, além de outros fatores fundamentais a um desenvolvimento socialmente sustentável, cogitando a inclusão produtiva baseada em uma economia cooperativa.

Primeiramente, reconhecer a **diversidade cultural** como elemento base da economia evidencia a atenção da SEC para a dinamicidade de valores e para a riqueza das manifestações culturais brasileiras. A “valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento” (MINC, 2012, p. 34) coadunam com a ideia de que a cultura é um composto fragmentado e não homogêneo (MUZZIO, 2010; MUZZIO, COSTA 2012) e assegura desmistificar a compreensão de que a cultura de um país – especialmente a cultura brasileira - pode ser compreendida como um fenômeno único em seus pressupostos.

É sob essa mesma perspectiva teórica que se colocou o princípio da **sustentabilidade** no plano, de modo que falar sobre sustentabilidade implica discutir sobre desenvolvimento, globalização e, sobretudo, homogeneização da cultura. Expandem-se, pois, as considerações feitas acerca da cultura e dos efeitos da

globalização como pano de fundo para a compreensão do conceito de sustentabilidade em seus pilares social, ambiental, cultural e econômico e para a construção de parâmetros do desenvolvimento que é desejado pela sociedade a partir de então. Conforme assegurado pelo plano, considera-se que o consumo globalizado de fato massificou mercados. Mas, como propõe Väyrynen (2003) de uma maneira a se “precar” quanto aos efeitos perversos da globalização e da cultura de massa, várias culturas locais acabam por terem ressaltadas suas particularidades. Eis, portanto, um fator que merece a atenção para um planejamento de políticas adequadas e capazes de tirar proveito de ambos os fenômenos – globalização e criatividade local – como compostos importantes para o fomento dos setores criativos, visualizando-os como peças indiretamente influenciáveis que não podem ser ignoradas na construção de parâmetros para o desenvolvimento que se deseja.

Quanto ao princípio da **inovação**, a Secretaria declarou expressamente dois tipos a serem considerados. Seja ela “incremental” ou “radical”, o que o plano propõe é posicionar a inovação em uma dimensão dialógica da economia criativa em relação ao mercado: de um lado, em resposta às demandas deste e, de outro, como meio para o rompimento dessas demandas. Bastante pertinente, considerando a lógica do conceito de destruição criativa como pressuposto básico do processo de inovação (SCHUMPETER, 1978). De ambas as formas, o princípio da inovação é de extrema importância para a concepção da economia criativa nos moldes do contexto brasileiro em que se expressam subculturas mais diversas, uma vez que a inovação é um dos elementos balizadores da criatividade (AMABILE; 1996).

O quarto e último princípio, o da **inclusão social**, merece atenção, pois é o mesmo princípio que justificou investir na economia criativa como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Eis um dos fatores mais importantes para o delineamento de um sistema de políticas culturais: que priorize as camadas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e pior, das quais se priva ou quiçá se impossibilita o acesso à cultura, à socialização da criatividade e aos ativos intangíveis da economia criativa.

É preciso partir da ideia de que o mundo social apenas existe como um modelo das relações simbólicas e de significados sustentados pela continuidade do processo de interação humana (SMIRCICH, 1983). De acordo com a ideia geral do próprio plano, de investir na economia criativa de modo a apontar para uma nova forma de desenvolvimento, privar o indivíduo do acesso a bens materiais e de serviços essenciais é danoso. Entretanto, deixar de proporcionar o acesso à cultura e aos ativos intangíveis da economia criativa pode ser considerado ainda mais cruel face à proposta de real inclusão e desenvolvimento social de uma nova economia.

4.2 Sobre os Principais Desafios Visualizados Pelo Plano da Sec

Os objetivos a serem alcançados pela atuação da SEC foram definidos conforme as diretrizes componentes do Estratégia 4 do Plano Nacional de Cultura, por ocasião

assumida como maior razão de ser da SEC, a saber: “Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico” (PNC, 2013, p. 201). Ainda no que tange ao alinhamento entre objetivos e metas do Plano da SEC e o PNC, cabe registrar a ampliação do escopo de “economia da cultura”, abordada no PNC como nova força motriz ao desenvolvimento, para “economia criativa”. Essa mudança referiu-se basicamente aos setores contemplados pelas políticas públicas do MinC, as quais se restringiam àqueles de natureza tipicamente cultural, a saber: (1) patrimônio, (2) expressões culturais, (3) artes de espetáculo, (4) audiovisual e livro, leitura e literatura. Com a devida ampliação do escopo traduzida em “economia criativa”, passaram a ser contemplados também (5) setores de base cultural, com um viés de aplicabilidade funcional: moda, design, arquitetura, artesanato (MINC, 2012).

Os principais desafios do Plano referiram-se a dificuldades tanto de (1) elaboração quanto de (2) aplicabilidade. Quanto aos desafios de elaboração, constaram o levantamento de informações sobre o desempenho da economia criativa no Brasil, já que a maioria dos estudos são localizados e pontuais, e a criação ou adequação de marcos legais para os setores criativos, para reconhecimento formal de determinadas profissões e a clarificação dos setores e ocupações criativas.

Pode-se afirmar que um outro desafio de implementação se refere ao desenvolvimento de competências criativas, integradas a um tipo de formação ainda escasso no Brasil. O desenvolvimento de “competências criativas” corrobora com a ideia de criatividade como um fenômeno cultural e enaltece a dimensão social da criatividade. A conceitualização de “criatividade social” é atual e exige, para além da concepção de rompimento de fronteiras, a consideração da relação entre vários tipos de conhecimento, focando-se a forma como este conhecimento é compartilhado, aprendido e comunicado. Dentro de tal perspectiva, também ganham importância as discussões sobre política cultural, justiça social e empoderamento das pessoas no processo criativo, fazendo com que um distanciamento inicial entre políticas voltadas para o campo econômico e o campo cultural possam ceder espaço para políticas relativas à criatividade social (WILSON, 2010).

Um último desafio à implantação de políticas públicas culturais pelo fomento estratégico à economia criativa seria referente à infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição dos bens e serviços criativos. Sem dúvida, todas as etapas da cadeia produtiva de valor dos setores criativos necessitam de uma infraestrutura adequada para suporte e pleno sucesso de suas atividades. Mas, no caso brasileiro, o gargalo está mais nas políticas públicas de circulação e distribuição. De uma perspectiva mais pragmática, esse desafio chama a atenção para como a ação criativa pode ser moldada – e até mesmo “podada” – por diversas condições restritivas (MOERAN, 2011). No caso das políticas de circulação e distribuição, além de um esforço integrado e articulado com outras secretarias do MinC e até outros ministérios, as ações governamentais irão requerer um planejamento que se preocupe em adequá-las às peculiaridades regionais e locais brasileiras; em termos de refletir,

por exemplo, desde modais logísticos a serem utilizados ao nível de aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis em cada setor criativo.

4.3 Sobre os Objetivos Da Sec

Os principais estímulos ao desenvolvimento da economia criativa definidos no plano convergiram para a ideia geral de colocar as atividades que compõem os setores criativos em um patamar estratégico, em uma espécie de eixo estratégico rumo a um novo tipo de desenvolvimento.

A identificação de vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional perpassa o amplo leque de possibilidades do empreendedorismo no Brasil. Nesse sentido, destaca-se o papel do Estado no fomento de políticas públicas para pequenos empreendedores. A importância das avaliações e do acompanhamento de tais políticas têm mostrado como ações de promoção de crédito, capacitação de empreendedores, incentivos às incubadoras, dentre outros exemplos, são capazes de promover a criação de ambientes propícios ao desenvolvimento de empreendimentos (SANTOS; LEITE; FONSCECA 2014) e, dessa forma, fomentar o processo de inovação e de desenvolvimento a nível local ou regional.

Esse tipo de política seria também adequado para fomentar a identificação, a criação e o desenvolvimento de polos criativos, com o objetivo de gerar mais postos de trabalho e renda no campo dos setores criativos. Além desse potencial, a economia criativa apresenta-se como oportunidade para a formação de aglomerados produtivos baseados na criatividade e para a instalação de equipamentos urbanos de entretenimento para a recuperação de áreas degradadas (SERRA; FERNANDEZ, 2014).

Nesse ponto, merecem atenção algumas ambiguidades entre o âmbito cultural e econômico nas cidades, no caso das tensões muito bem ilustradas pelo fenômeno da “gentrificação”, uma espécie de correção cultural em função do modelo do capital global, vislumbrando-se a atratividade para investimentos ou a preocupação por motivações turísticas (HARVEY, 1989; O’CONNOR, GU, 2010). Por isso, a relevância de trabalhar estratégias que vinculem a economia criativa a uma de suas faces mais importante: a dimensão simbólica e social da criatividade.

No que diz respeito aos polos criativos de maior destaque e visibilidade nacional, as estratégias devem focar em políticas não só de atratividade, mas também de manutenção de capital social criativo. As chamadas “cidades criativas”, centros de criatividade ou desenvolvimento sustentável, tornaram-se modelos a ser estudados e, inclusive, alvos de iniciativas abraçadas pelos governos locais em parcerias com líderes empresariais, em relação à promoção de políticas para valorizar e fomentar a sua economia criativa (THITE, 2011). Há de se refletir cada vez mais em investimentos que congreguem políticas transversais compostas por instituições representativas do

poder público mais entidades da iniciativa privada para constituir, pela perspectiva de uma abordagem multicêntrica, verdadeiras redes de políticas voltadas à manutenção de infraestrutura tecnológica e de apoio às atividades dos setores criativos. Há posição que defende inclusive que a presença de *clusters* industriais tem se tornado uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia criativa (ROSENFELD, 2002).

Um dos últimos objetivos mencionados remete ao turismo cultural como exemplo de interface intersetorial relevante da economia criativa. Entretanto, focar apenas no turismo como destaque intersetorial é pouco. Parece ser eminente descobrir quais outras áreas seriam passíveis de políticas integradas de investimento, e quais instâncias deliberativas são pontos fundamentais para que seja possível tal integração.

Como alertam Serra e Fernandez (2014), no Brasil, ainda persistem lacunas na articulação das políticas de promoção da economia criativa com outros tipos de políticas públicas, além da própria compreensão de seu potencial por parte do poder público, especialmente nas esferas estaduais. A deficiência de instâncias deliberativas nos estados e de iniciativas desse tipo de institucionalização que fortaleçam programas municipais de desenvolvimento local com base nas atividades dos setores criativos são alguns dos exemplos mais ilustrativos desse tipo de lacuna.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise acurada do caso brasileiro sobre suas condições estratégicas de fomento à economia criativa implica o reconhecimento das inúmeras articulações necessárias para o delineamento e a implementação bem sucedida de políticas públicas em um país de dimensões continentais.

Quando se pensa em estratégia, pressupõe-se um conjunto de ações integradas a médio e longo prazo, para que o que foi planejado no mais elevado nível de competência possa ser adequado e aplicado também em níveis operacionais. No caso do Plano da Secretaria de Economia Criativa, a atenção se voltou para a estratificação das linhas de ação e para a articulação entre as várias instâncias decisórias existentes entre os três níveis federativos. Daí a importância em fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, sobretudo por meio dos conselhos deliberativos. E, nesse caso, os conselhos municipais merecem um olhar especial, já que é no nível das cidades que se operacionaliza as ações.

Quanto aos principais desafios elencados pelo plano, a divisão aqui proposta pretendeu chamar a atenção para uma terceira espécie de desafio burocrático a ser enfrentado. Entre “formulação” e “implementação”, deve emergir uma preocupação também com o “*decoupling*” ou distanciamento entre o que foi e ainda será planejado em termos de políticas culturais e como tais políticas serão implementadas. Também se discutiu a importância premente de reconhecer as peculiaridades de cada região

e localidade, a fim de ressaltar a dimensão simbólica da economia criativa, muito relevante para despertar de vez o entendimento de criatividade como fenômeno social.

Percebeu-se também que a adoção de uma abordagem multicêntrica como lente para compreensão de estratégias de “redes de políticas culturais” opera em favor de entidades governamentais e muitos outros tipos de empresas e acaba fazendo jus ao próprio perfil da economia criativa, cujo escopo perpassa investimentos em cultura, criatividade, artes e empreendedorismo: áreas de interesse público e privado.

Por último, concluiu-se que a institucionalização de uma política nacional de gestão voltada aos interesses da economia criativa, nos moldes em que a mesma se encontrou definida no plano, simbolizou, a priori, uma ampliação do interesse público para os assuntos relativos à diversidade cultural brasileira e deu indícios, ainda que mínimos, de novas tentativas em busca de melhores padrões de desenvolvimento, destacando-se sua dimensão social e seus rumos potenciais para a sustentabilidade.

Quanto às limitações do presente estudo, ressalta-se a dificuldade de lidar com o atual contexto (econômico, político e institucional) do país. Tornou-se complexo delinear um panorama completo do cenário nacional em políticas públicas culturais. Até mesmo porque as restrições ainda existentes às atividades que compõem os setores criativos esbarram na formulação e implementação de uma série de outras políticas de infraestrutura, educação, tecnologia, meio ambiente, trabalho e empregabilidade. Também não houve oportunidade para efetivação de análises empíricas que pudessem, por exemplo, investigar a percepção de profissionais criativos – nos conselhos deliberativos que compõem o SNC, a nível municipal ou estadual, por exemplo – acerca da formulação e efetivação de tais políticas.

Como sugestão para pesquisas futuras, aponta-se, pois, a possibilidade de testagem dos “princípios fundamentais” descritos no plano para a caracterização da economia criativa em cidades ou “polos criativos”, comparativamente à literatura. Estudos futuros também poderão dispor sobre a formulação de modelos em gestão de políticas públicas voltadas para a seara da economia criativa, já que, cada vez mais, percebe-se o quão complexas e integradas deverão se tornar tais políticas, para lidar com atividades essencialmente dinâmicas e sociais para a agenda pública, e para as quais se volta atenção mundial.

REFERÊNCIAS

AMABILE, T. M. **Creativity in context**. New York: Westview, 1996.

CANCLINI, N. G. **Políticas culturales en América Latina**. México, Grijalbo, 1987.

_____. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014.

- FLICK, U. **Introdução a Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Pensa, 2013.
- FLORIDA, R. **A Ascensão da classe criativa**: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Porto Alegre: LPM, 2011.
- FUGITA, K. The global financial crisis, state regime shifts and urban theory. **Environment and Planning A**, vol. 43 n. 2, p. 265-271, 2011.
- GIRARD, Augustin. **Cultural development**: experience and policies. Paris: Unesco, 1972.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- KOOIMAN, J. **Modern governance**: new government-society interactions. Londres/Califórnia: Newbury Park/Sage, 1993.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, 2012.
- _____. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Secretaria de Políticas culturais. Brasília, 2013.
- _____. **Secretaria de Economia Criativa**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>>. Acesso em 19 jun. 2015.
- MOERAN, B. Perspectives in Business Anthropology: Cultural Production, Creativity and Constraints. **International Journal of Business Anthropology**, v. 2, n. 1, p. 16-30, 2011.
- MUZZIO, H. Cultura Organizacional na Perspectiva Cultural Regional Brasileira. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 447-463, 2010.
- _____; COSTA, F. J. da. Para além da homogeneidade cultural: a cultura organizacional na perspectiva subnacional. **Cad.EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p.146–161, 2012.
- O’CONNOR, J.; GU, X. Developing a Creative Cluster in a Postindustrial City: CIDS and Manchester. **The Information Society**, v. 26, n. 2, p. 124–136, 2010.
- PRATT, A. C.; HUTTON, T. A. Reconceptualising the Relationship between the Creative Economy and the City: Learning from the Financial Crises. **Cities**, v. 33, p. 86-95, 2013.
- QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2009.
- ROSENFELD, S.A. Creating smart systems: A guide to cluster strategies in less favoured regions. Carrboro, NC, USA: **Regional Technology Strategies**, 2002.
- SANTOS, D. C. L. P; LEITE, E. F.; FONSCECA, S. M. M. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**. v. 12, n. 28 p. 144-169. out./dez. 2014.
- SCHUMPETER, J. A. **The Theory of economic development**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERRA, N.; FERNANDEZ, R. S. Economia Criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, v. 11, n. 4, p. 355-372, 2014.

SMIRCICH, L. Concepts of Culture and Organizational Analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 03, p. 339-358, 1983.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

THEODOULOU, Stella Z. The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). **Public Policy**: The Essential Readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

THITE, M. Smart cities: implications of urban planning for human resource development. **Human Resource Development International**, v.14, n.5, p.623–631, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Relatório de economia criativa**. São Paulo, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Statistics on cultural industries**: framework for the elaboration of national data capacity building projects. Bangkok, 2007.

VÄYRYNEN, R. Regionalism: old and new. **International Studies Review**, v. 5, n. 1, p. 25-51, 2003.

WILSON, N. Social creativity: re-qualifying the creative economy. **International Journal of Cultural Policy**, v.16, n.3, p.367–381, 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3



9

788572 470773